

O ENADE ENQUANTO POLÍTICA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

ENADE AS A HIGHER EDUCATION EVALUATION POLICY

ENADE COMO UNA POLÍTICA DE EVALUACIÓN DE EDUCACIÓN SUPERIOR

Maria Goretti de Mesquita Costa Souzaⁱ 

Resumo: Este trabalho aborda a efetivação do Sinaes. Analisou-se o Enade e as alterações metodológicas realizadas desde sua implantação com a finalidade de averiguar as suas contribuições no processo de aferição da qualidade da educação superior e quanto política de avaliação. Para tanto, por meio de uma pesquisa bibliográfica e documental, discutiu-se o desenvolvimento de políticas que avaliam e aprimoram os cursos de graduação de todo país. Verificou-se que, ao combinar os resultados do exame com os indicadores de qualidade é possível avaliar a qualidade dos cursos de graduação em larga escala, o que favorece a promoção de ações que fomentam melhorias na forma como se reflete e se faz a gestão da educação superior no Brasil.

Abstract: This work addresses the implementation of Sinaes. The Enade and the methodological changes made since its implementation were analyzed in order to ascertain their contributions in the process of assessing the quality of higher education and the evaluation policy. To this end, through a bibliographic and documentary research, the development of policies that evaluate and improve undergraduate courses across the country was discussed. It was found that, when combining the results of the exam with the quality indicators, it is possible to evaluate the quality of the undergraduate courses on a large scale, which favors the promotion of actions that foster improvements in the way the management is reflected and carried out. higher education in Brazil.

Resumen: Este trabajo analiza la efectividad del Sinaes. Se analizó el Enade y las alteraciones metodológicas realizadas desde su implantación con el fin de verificar sus contribuciones en el proceso de medición de la calidad de la educación superior y su política de evaluación. Para ello, a través de una investigación bibliográfica y documental, se discutió el desarrollo de políticas que evalúen y mejoren los cursos de graduación de todo el país. Se encontró que, combinando los resultados del examen con los indicadores de calidad, es posible evaluar la calidad de los cursos de grado a gran escala, lo que favorece la promoción de acciones que promuevan mejoras en la forma en que se refleja y se hace la gestión de la educación superior en Brasil.

Palavras-chave: Enade, Política de Avaliação, Educação Superior.

Keywords: Enade, Evaluation Policy, Higher Education.

Palabras claves: Enade, Política de Evaluación, Educación Superior.

INTRODUÇÃO

Instituído em 14 abril de 2004, por meio da Lei n. 10.861, o Sinaes¹ tem como objetivos, a busca constante por melhorias na educação superior, pela sua ampliação e pela auditoria do acesso aos cursos de graduação em âmbito nacional (AFONSO, 2009).

A datar da criação do Sinaes, o Enade² substitui o ENC³, chamado popularmente de Provão, criado pela Lei n. 9.131/1995 e realizado entre os anos de 1996 a 2003, exclusivamente aos alunos concluintes para avaliar os respectivos cursos de graduação.

Sendo assim, o propósito do Enade é amplo, integrando a avaliação de cursos e IES⁴ e expressando o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos que estão entrando e saindo destes cursos, em conformidade com as DCN⁵ para os cursos oferecidos (TUMOLO, 2010).

Para Martins e Alonso (2012), é importante ressaltar que, a cada ano a quantidade de novas IES e de novos cursos vem crescendo exponencialmente e em decorrência deste fato, os métodos de avaliação sofrem mudanças, por parte do Estado, que visam a preservação do aprimoramento da educação superior oferecida aos jovens e adultos no país.

A realização do primeiro ENC, em 1996, aos alunos que concluíam o ensino superior, proporcionou a abertura quanto à quantidade de vagas e de IES nos anos vindouros saltando de 894 instituições em 1995, para 2.314 em 2009, e 1.759.703 matrículas para 5.954.021, no mesmo período. Os dados são do Censo da Educação Superior, realizado pelo Inep⁶ (BRASIL, 2011).

Diante destes dados, é necessário que haja um acompanhamento do progresso do aprimoramento da educação superior no Brasil, com base na análise de ampliação da participação e das políticas de avaliação empregadas para financiar o processo regulatório e de supervisão realizados pelo MEC⁷.

A partir dos dados apresentados, este trabalho aborda a popularização da educação superior e a evolução das políticas de avaliação, com base principalmente no Enade e na utilização dos resultados obtidos para melhorias na Gestão da Educação (BRASIL, 2011).

Inicialmente o artigo apresenta as particularidades da educação brasileira e seu desenvolvimento, tendo em vista o aumento da oferta e o crescimento de participação na

¹Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior.

²Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes.

³Exame Nacional de Cursos.

⁴Instituições de Educação Superior.

⁵Diretrizes Curriculares Nacionais.

⁶Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

⁷Ministério da Educação.

avaliação. Discute ainda sobre as ferramentas e indicadores criados para a regulação, supervisão e manutenção do aprimoramento da educação superior.

Em seguida, ressalta-se o Enade como parte imprescindível para a avaliação da educação superior, pela metodologia de obtenção de dados válidos na organização e reorganização dos currículos e pelo estímulo da prática formativa prevista pelos cursos do ensino superior. Portanto, é possível afirmar que os resultados positivos resultam de uma ação política do Estado, conjugada com as demais categorias da sociedade para a prestação de contas e promoção de ações de aprimoramento.

A segunda parte deste trabalho traz ainda esclarecimentos sobre a engenharia de elaboração dos exames. Apresenta a estrutura de organização dos instrumentos de medição, com finalidade de agregar maior credibilidade às IES, aos professores dos cursos, aos alunos e à sociedade, que busca por informações confiáveis sobre a avaliação.

Para ampliar o debate, a terceira parte versa sobre as atribuições dos indicadores de qualidade no contexto da sua verificação na educação superior para a criação de parâmetros e referenciais concretos que auxiliem o processo, considerando que o Enade é o ponto inicial e também o ponto final da avaliação. O processo somente é iniciado com a avaliação do estudante (Enade), permitindo o cálculo dos insumos que constituirão o conceito preliminar do curso (CPC).

Em posse da média dos CPC é realizado o cálculo do indicador de qualidade das instituições (IGC) e, após este, a avaliação *in loco*, confirmando ou não os resultados obtidos na avaliação, para então apresentar panorama do padrão de qualidade da oferta da educação superior. Sendo assim, compõe-se um ciclo de avaliação que propicia ao avaliador e ao avaliado planejarem diretrizes, objetivos e inovação na busca de aprimoramento.

A última parte do trabalho promove a discussão sobre a participação da comunidade acadêmica nas políticas de avaliação da educação superior e nos métodos de construção dos instrumentos de avaliação. Finaliza-se o trabalho presumindo que o Enade é importante para a estruturação do aprimoramento da educação superior por meio das contribuições alcançadas a partir dos resultados das avaliações, promovendo o aprimoramento dos cursos e da própria formação dos alunos de graduação.

MATERIAIS E MÉTODOS

Com base em seus objetivos, apoia-se nos estudos de Gil (2011) para classificar este estudo como uma pesquisa de caráter descritiva, em que se buscou caracterizar o Enade enquanto política de avaliação da educação superior; exploratória, quando se buscou na literatura dados que poderiam promover maior familiaridade com o Enade; e explicativa,

uma vez que os resultados e as discussões tiveram o objetivo de explicar de que forma a avaliação do Enade contribui para qualidade da educação superior.

Com base nos procedimentos técnicos utilizados apresentados por Figueiredo e Souza (2017), este estudo se classifica como bibliográfico e documental, visto que recorreu-se às pesquisas científicas disponíveis na internet, bem como os documentos que fundamentam a criação e execução do Enade, a fim de discutir a referida ferramenta enquanto instrumento de desenvolvimento de políticas que avaliam e aprimoram os cursos de graduação de todo país.

EDUCAÇÃO SUPERIOR

Os dados do Censo da Educação Superior/Inep/2009, apontam o crescimento da educação superior no Brasil. Segundo os dados, o sistema federal de educação superior registra cerca de 29 mil cursos de graduação, sendo que, mais de 3 mil foram implantados no último ano (14%). Desta totalidade de cursos de graduação, a maioria (perpassando 70%) fazem parte da rede privada de ensino superior, correspondendo à manutenção na trajetória histórica do ingresso à educação superior intermediada pelas instituições de ensino particulares (BRASIL, 2011).

Em 2009, o quantitativo de alunos do ensino superior era de quase 6 milhões. Destes, 75% estão concentrados em instituições privadas de ensino superior, o que expressa a carência de políticas de Estado voltada para a ampliação do acesso à educação superior na rede público de ensino. Estes dados apontam ainda os contratempos encontrados pelos alunos na conclusão dos estudos, causado muitas vezes por mensalidades altas das faculdades ou problemas de conciliação entre estudos e carreira profissional (AFONSO, 2009).

Ainda segundo o Censo do Inep 2009, a totalidade dos alunos que concluíram os estudos em 2009 foi de quase 1 milhão, sendo que 800 mil estavam matriculados em instituições privadas e 207 mil em instituições públicas. O comparativo do somatório das matrículas indica que de 6 milhões de alunos, apenas 17% finalizam os cursos.

Atualmente, o montante de alunos matriculados na rede privada é de 5 milhões com um total de 17% sendo alunos concluintes. Quando se fala da rede pública de ensino superior, os dados apresentam apenas 207 mil alunos em conclusão de curso, sendo que a taxa em relação às mais de 1 milhão de matrículas é de 14%, o que implica dizer que existe um número menor de evasão ou abandono nas universidades públicas (BRASIL, 2011).

Segundo Martins e Alonso (2012), após 1968, ocorreu um crescimento do sistema privado de ensino superior, possibilitando a criação de muitas faculdades isoladas na periferia das grandes cidades e em algumas cidades do interior dos estados mais desenvolvidos.

Isso significa que o sistema privado de ensino ficou incumbido de assistir à demanda por educação superior de setores estudantis excluídos pela forte triagem das universidades federais, o que colaborou para a expansão das instituições particulares de ensino, aumento das matrículas de forma elitizada, críticas das sociedades quanto ao papel do Estado e sua falta de compromisso com a expansão de instituições públicas de ensino que atendam a demandas regionalizadas de acesso à educação superior (TUMOLO, 2010).

Tumolo (2010), ao tratar da universidade e da democracia, hoje, afirma que esta é obrigada a ponderar sobre a globalização, pois seus problemas concernem somente a ela, mas também à sociedade de modo geral.

Sendo assim, os grupos sociais possuem grande expectativa quanto ao desenvolvimento da dinâmica de assistência às demandas sociais, pressionando a educação superior à extinção do pensamento tradicional de organização para o seu próprio desenvolvimento para alcançar os espaços não alcançados pela rede pública.

A partir deste movimento crítico quanto à necessidade de ampliação da rede pública, as metas do PNE⁸ ganharam força para o ciclo de 2011 a 2020, passando então a comprimir o governo quanto às diretrizes de ampliação de vagas nas Universidades e Institutos Federais de Educação Superior, nos remetendo à meta 6 do PNE (2001-2010) que propõe a institucionalização de um extenso e diversificado sistema de avaliação interna e externa, abrangendo os âmbitos público e privado, para o fomento de melhorias na qualidade de ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão acadêmica.

No PNE (2011-2020) não houve grandes alterações quanto ao anterior, pois a política educacional para a educação superior está fundamentada na continuidade de expansão por meio da pluralidade da oferta, ampliação das matrículas e racionalização dos recursos nas instituições federais, oferecendo ainda auxílios para a expansão da articulação dos currículos dos cursos de graduação com as demandas do mercado de trabalho e fortalecimento do sistema de avaliação, orientando os atributos regulatórios e de decisão de gestão.

A Constituição de 1988, assegura o fundamento da educação como direito para o cidadão brasileiro, porém, o movimento dessa oferta pelo viés público e privado, por vezes,

⁸Plano Nacional de Educação.

se constitui como fonte fácil de aquisição de lucros. Em sua contribuição sobre o tema, Afonso (2009) propõe uma reflexão sobre os formatos de organização da educação, entendendo-a como um serviço concedido à população e distanciada, portanto, de um bem público de direito a ser garantido pelo Estado.

Percebe-se que, existe uma noção mercadológica, que se encontra de forma intrínseca na expansão da educação superior. Devido a este fato, é necessária a supervisão das instituições por meio de procedimentos avaliativos de qualidade, estes desligados da prática punitiva e restritiva tradicional que promove a objeção das instituições.

Sinaes (2010) aponta que o acesso às informações é uma das principais proposições da democratização. Sendo assim, quanto mais informada, mais crítica e mais participativa a população será, contribuindo para a construção da sociedade.

Faz-se assim de extrema importância que haja o acompanhamento das informações quanto ao acesso à educação superior e das atualizações das normas e dos métodos adotados para a implantação do Sinaes. O maior desafio para a educação superior hoje é a resolução de uma dinâmica na organização da relação entre Universidade e Sociedade, promovendo uma universidade inclusiva, baseada nos princípios da ética, capaz de possibilitar a reflexão sobre os valores da formação e a relevância do conhecimento como bem público.

Como elementos para as políticas de avaliação da educação superior, os novos modelos éticos e políticos da sociedade atual são essenciais. Entretanto, estes não podem desconsiderar o fluxo advindo dos processos instalados da globalização, com objetivo de superar a sua forma tradicional de submissão.

Martins e Alonso (2012) afirma que as tecnologias devem ser benéficas para o fortalecer a educação, começando pelos elementos de formação da avaliação e dos instrumentos de participação social, como o Enade, que convida todos os alunos a darem suas percepções sobre os cursos de graduação, e assim, possibilitando o aprimoramento.

ENADE

O Enade é executado pelo Inep, pertencente ao MEC, encarregado pelas políticas de avaliação da educação básica e superior. O Enade verifica a performance dos alunos quanto às temáticas previstas nas diretrizes curriculares dos diversos curso de graduação, assim como a aquisição de habilidades necessárias para o progresso do estudante, tanto no que diz respeito aos conhecimentos quanto às competências para entender os conteúdos internos e externos ao curso e ao mundo do trabalho (BRASIL, 2004).

Ao analisar os dados obtidos por meio do Enade, diretores, professores e comunidade acadêmica podem promover ações de melhorias nos cursos (SINAES, 2010). Isso porque o relatório de resultado do referido exame traz os dados classificados em informações administrativas, acadêmicas, municipais, estaduais, regionais e nacional, apresentando um panorama de avaliação.

A inserção dos professores nessa diretriz de avaliação, no que compete ao desenvolvimento do exame, se dá através início com a formação das CAA⁹, criadas por especialistas atuantes que prestam apoio técnico para a elaboração das diretrizes da prova a ser aplicada em cada área avaliada.

Mudanças importantes foram executadas com o objetivo de avançar na universalização do Enade de 2004 até os dias atuais, de maneira que abrangesse maior participação dos alunos e houvesse, ao mesmo tempo, maior fidedignidade dos seus resultados.

Pode-se falar da modificação, em 2009, da seleção em caráter amostral dos alunos participantes para o modo censitário. Com a universalização da participação no exame, todos os alunos inscritos pelas IES são convocados para fazer a prova.

O Conceito (nota de 1 a 5) Enade é calculado por área de avaliação para cada curso de uma instituição de ensino superior, pública ou privada. Agrupam-se ao conceito do Enade outros insumos e medidas que compõem a avaliação, além do conceito resultante do relatório das visitas nos locais dos cursos de graduação e instituições (SINAES, 2010).

O aspecto principal a ser levado em consideração aplicado pelo Enade é a participação dos alunos no processo avaliativo. Dentre esses insumos, está a titulação de professores, o tempo dedicado para o desenvolvimento do projeto pedagógico, as produções acadêmicas, infraestrutura, metodologias e tecnologias educacionais, a qualidade de laboratórios, bibliotecas e os demais espaços educacionais e de convivência na instituição.

Com o Enade, tem-se o questionário do estudante, preenchido a partir de 2011 em caráter obrigatório, via on-line, nos últimos trinta dias que antecedem o exame. O estudante, logo após a realização da avaliação, tem acesso ao questionário de percepção sobre a prova.

As modificações são marcadas por opiniões diferentes entre os membros da comunidade acadêmica. Para alguns, a decisão é positiva, pois representa uma solicitação antiga das instituições, dos professores e alunos, que consideravam que realizar o Enade ao

⁹Comissões Assessoras de Área.

fim do primeiro ano da graduação, quando o estudante já adquirira conhecimentos, não expressava a condição de ingressante daquele curso de graduação.

O resultado demonstra ao aluno durante a graduação os conhecimentos obtidos e é considerado no cálculo dos conceitos, como o indicador da diferença entre o desempenho observado e esperado, já o Enem realizado ao final do ensino médio, traria maior imparcialidade por se realizar antes do início do curso (AFONSO, 2009).

POLÍTICA DE AVALIAÇÃO

Para resguardar os resultados do exame e dar continuidade ao processo avaliativo, torna-se vital um movimento que estimule os órgãos governamentais, professores e alunos em campanhas não só para a participação dos alunos no Enade, sobretudo para a responsabilidade com a elevação da cultura e da avaliação dentro das IES (INEP, 2011).

O fortalecimento das instituições torna os colegiados e outros departamentos de informações para formação de equipes que são as responsáveis pela motivação do conjunto acadêmico para propagar e avalia o processo, sobretudo do Enade. Com esse objetivo, o Inep buscou meios para a participação dos professores, realizando seminários nacionais com os coordenadores de curso e procuradores institucionais, para a propagação do Exame e ao compartilhamento da comunicação institucional.

O professor nesse processo tem sua participação incursa. Com base nisso, é realizado uma nova metodologia de organização das provas que observa os Editais de Chamada Pública para Professores com o propósito de composição das questões para o BNI¹⁰.

Com a coordenação sendo realizada diretamente pelo Inep, a contar de um banco de questões desenvolvidas pelos professores vinculados às IES. O BNI da educação superior é idealizado como um acervo de questões elaboradas com foco nas matrizes de conteúdos, competências e habilidades determinadas pelas CAA, que garantem a montagem de provas para estimar com a maior precisão possível, a proficiência dos alunos com relação aos conteúdos de seus cursos de nível superior (INEP, 2011).

No total foram registrados 7.642 docentes para participar do processo de elaboração do exame em todo o país. Ao analisar os dados 4.325 professores se propuseram a elaborar questões de formação geral e 510 registraram-se como revisores de língua portuguesa.

¹⁰Banco Nacional de Itens da Educação Superior.

Ao total de inscritos foram de 2.807 professores para as áreas e cursos superiores de tecnologia (CST), avaliados segundo o Enade 2010, cujo 1.838 se propuseram como elaboradores e 969, como revisores. Partindo dos dados, foram chamados 400 professores para elaboração das questões de prova, ordenados entre 320 elaboradores e 80 revisores técnico-pedagógicos.

Um dos objetivos é fazer com que a comunidade acadêmica seja mais participativa nos processos de construção das ferramentas para a avaliação do ensino superior no país. Nas provas do ENADE se estabelece com os professores a sua participação por meio de uma chamada pública e entrelaça a comunidade acadêmica nesse processo, pluralizando o acesso de avaliador e avaliado.

INDICADOR DE QUALIDADE

A figura formativa da avaliação demonstra os resultados obtidos com o objetivo para servirem de balizador para as melhorias de gestão das instituições públicas e privadas de todo o país. Influenciando seus investimentos para serem implantados em melhorias de infraestrutura, com base na avaliação interna e externa das instituições (SINAES, 2010).

Nesse entendimento, avaliar os alunos se apresenta com objetivo de apresentar os resultados balizadores de qualidade. Conforme o Inep (2011), a premissa é que os exames devem oferecer contribuições para o aprimoramento e delineamento do próprio exame atual, para efeitos diagnósticos, de regulação ou de quaisquer outras intenções do Estado na sua função avaliativa.

Os resultados são demonstrados também para analisar os resultados no ensino superior nos relatórios, obtidos pela aplicação dos resultados da avaliação. Nos relatórios são demonstrados uma série de dados obtidos que servem para os coordenadores dos cursos, em conjunto com os alunos e colegiados.

No MEC, os resultados obtidos são utilizados para complementar ao processo de avaliação do ensino superior no país. Exemplo disso são os resultados do Enade e as informações do Censo da Educação Superior utilizados com base nos cálculos que geram indicadores de qualidade (INEP, 2011).

O CPC¹¹ é um indicador de qualidade que avalia os cursos de graduação. O valor obtido no CPC através da aplicação das avaliações é agrupado por faixas e definido em valores de 1 a 5 pontos.

¹¹Conceito Preliminar de Curso.

Podemos identificar grande número de cursos sem o CPC. Isso se dá pelo grande avanço do ensino superior no Brasil. O CPC é calculado somente em cursos que estão em processo de renovação de reconhecimento e que participaram do Enade nas áreas avaliadas em cada triênio. Considerando o pouco tempo de vigência do CPC, em uma análise inicial dos resultados das áreas avaliadas pelo Enade 2009.

O objetivo é analisar índices que indicam a qualidade, porém, para evitar a competição entre as Instituições, é preciso que seja justa e coerente com a proposta da avaliação. E analisando as características práticas e ajustável em todo o processo possibilita, alguns ajustes que são fundamentais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na manifestação sobre o Enade como proposta geradora da qualidade da educação superior, tem como objetivo verificar as contribuições que o exame pode gerar para proporcionar qualidade no processo acadêmico e pedagógico dentro das IES no país.

As observações sobre a forma de avaliação dos alunos em seus cursos, denotam que este processo teve vários processos de reformulação em suas práticas pedagógicas nos processos avaliativos.

O Enade se constitui como uma ferramenta que visa fornecer dados que, em conjunto com as avaliações dos cursos das instituições públicas e privadas, possibilita novas medidas para formulação de novas ações para melhoria nos processos acadêmicos e pedagógicos dos cursos.

Em uma análise geral se observa que as informações obtidas através do relatório são desconhecidas pelos coordenadores do curso e pouco trará mudanças se não forem analisadas e implantadas as melhorias de acordo com os dados, fator que ocasionará uma desvalorização do exame por porta das comunidades escolares.

É necessário resgatar os inícios do Sinaes para garantir que a avaliação tenha seus objetivos entregues, que é tanto para quem avalia como para quem é avaliado. Para que toda a sociedade seja beneficiada.

REFERÊNCIAS

AFONSO, A. J. **Avaliação educacional: regulação e emancipação**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo da educação superior: 2009: Resumo técnico. Brasília, 2011.

_____. Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília - DF, 15 de abril de 2004, n. 72, Seção 1, p. 3-4.

FIGUEIREDO, A. M.; SOUZA, S. R. G. **Como elaborar projetos, monografias, dissertações e teses:** da redação científica à apresentação do texto final. 5. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2011.

INEP. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.** Relatório do Enade 2011 por Instituição de Ensino Superior. Brasília - DF, 2011. Disponível em: <<http://enadeies.inep.gov.br/enadeIes/enadeResultado/>>. Acesso em: 01 jun. 2019.

MARTINS, M. A. R.; ALONSO, D. de F. O ENADE e a gestão de cursos superiores de tecnologia em instituições de educação superior do setor privado: implicações para o currículo. **Revista Eletrônica Pesquiseduca**, Santos, v. 4, n. 7, p. 184- 200, jan./jul. 2012.

SINAES. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior:** da concepção à regulamentação. 5. ed. Brasília: INEP, 2009.

TUMOLO, L. M. S. **O ENADE como processo de auto avaliação dos cursos de graduação e a instituição.** [2010]. Disponível em:<<http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Cadernos.../article/.../550>>. Acesso em: 01 jun. 2019.

ⁱ Mestranda em Ciências da Educação pela Universidad Columbia del Paraguay. Especialista em Planejamento Educacional pela Universidade Federal de Goiás e em Política Social e Política Educacional pela Universidade Federal do Ceará. Graduada em Filosofia pela Universidade Federal do Maranhão. Atua como Técnico em Assuntos Educacionais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão. Possui experiência na área da Educação, com ênfase em Planejamento e Avaliação Educacional. E-mail: goretti@ifma.edu.br Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5708044685705034> Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1190-6794>